

Demonstrações Financeiras

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Associados do
Instituto Minas Pela Paz - IMPP
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Minas Pela Paz - IMPP (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Minas Pela Paz - IMPP em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 14 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Cláudia Gomes Pinheiro
Contadora CRC-1MG089076/O-0

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	858.018	642.806
Aplicações financeiras - valores vinculados	5	139.761	257.369
Outros ativos circulantes	6	18.687	88.192
		1.016.466	988.367
Não circulante			
Investimentos	7	48.464	40.400
Imobilizado	8	11.176	4.915
		59.640	45.315
Total do ativo		1.076.106	1.033.682
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		7.124	4.616
Impostos e contribuições a recolher	09	2.666	3.095
Provisões trabalhistas e encargos sociais	10	118.095	79.660
Recursos de projetos	11	139.711	317.277
Outras contas a pagar		-	432
		267.596	405.080
Patrimônio líquido	12		
Patrimônio social		628.602	326.097
Superávit acumulado		179.908	302.505
		808.510	628.602
Total do passivo e patrimônio líquido		1.076.106	1.033.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais)

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais			
Contribuições de pessoas jurídicas	13	885.000	936.123
Receitas de gratuidades	13	221.798	203.179
Recursos de projetos	11	181.201	1.124.967
Outras receitas		7.705	5.132
		1.295.704	2.269.401
Custos e despesas operacionais			
Despesas com projetos	14	(466.981)	(1.322.120)
Despesas administrativas	15	(674.673)	(646.113)
Despesas tributárias		(7.344)	(11.491)
		(1.148.998)	(1.979.724)
Superávit antes do resultado financeiro		146.706	289.677
Resultado financeiro, líquido	16	33.202	12.828
Superávit do exercício		179.908	302.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit do exercício	<u>179.908</u>	302.505
Resultado abrangente do exercício	<u>179.908</u>	<u>302.505</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	177.481	148.616	326.097
Absorção de superávit	148.616	(148.616)	-
Superávit do exercício	-	302.505	302.505
Saldos em 31 de dezembro de 2020	326.097	302.505	628.602
Absorção de superávit	302.505	(302.505)	-
Superávit do exercício	-	179.908	179.908
Saldos em 31 de dezembro de 2021	628.602	179.908	808.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit líquido do exercício		179.908	302.505
Ajustes para reconciliar o superávit líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação	8	2.266	1.035
Valor residual na baixa de ativos	8	-	222
Receita de juros líquida	7	(7.704)	(5.132)
		174.470	298.630
Variação dos ativos e passivos operacionais			
Redução (aumento) em outros ativos circulantes		69.505	(76.119)
Aumento (redução) em fornecedores		2.508	(441)
Redução em impostos e contribuições a recolher		(429)	(374)
Aumento (redução) em provisões trabalhistas e encargos sociais		38.435	(30.832)
(Redução) aumento em recursos de projetos		(177.566)	275.535
Redução em outras contas a pagar		(432)	(3.519)
		(67.979)	164.250
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		106.491	462.880
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Redução (aumento) em aplicações financeiras - valores vinculados		117.608	(215.674)
Aumento de investimento	7	(360)	(360)
Aquisição de Imobilizado	8	(8.527)	(4.800)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		108.721	(220.834)
		215.212	242.046
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4	642.806	400.760
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	4	858.018	642.806
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa		215.212	242.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Instituto Minas Pela Paz (“Instituto” ou “IMPP”) sediado em Belo Horizonte, Minas Gerais, iniciou suas operações em 5 de março de 2007. É uma associação de assistência social de direito privado, de fins não econômicos, criado por iniciativa de empresas e entidades de grande renome e atuação no cenário econômico nacional e, em 2014 tornou-se Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, na esfera federal, passando a estar apto a estabelecer termos de parcerias com o poder público e o controle social é feito através de uma contínua prestação de contas.

O Instituto tem por finalidade promover a cultura de paz, por meio da inclusão social, em vista da transformação da vida de pessoas socialmente vulneráveis. O Instituto atua na assistência social, inclusão e promoção de direitos, no âmbito do sistema prisional através da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (“APAC”). Para cumprimento de suas finalidades, o Instituto observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e pode desenvolver as seguintes atividades, sem conotação político-partidária:

- Formular, propor e acompanhar, junto à sociedade civil, programas de prevenção e redução da violência e da criminalidade;
- Desenvolver iniciativas que visem a aumentar a eficácia dos agentes de controle da violência e a confiabilidade nas instituições de Segurança Pública e Justiça, incluindo também, entre estas, o desenvolvimento de programas para a melhoria do desempenho dos recursos responsáveis pela redução da violência e da criminalidade;
- Promover ações para diminuir a criminalidade e recuperar a dignidade e civilidade dos cidadãos;
- Realizar serviços de apoio à execução e supervisão do trabalho, bem como à capacitação institucional e dos quadros funcionais, nas entidades incumbidas de elaborar e executar políticas públicas especialmente ligadas à prevenção da criminalidade e ao combate à violência;
- Colaborar na articulação dos entes políticos para a disseminação de dados e troca de experiências;
- Atuar em projetos de cooperação técnica e institucional nos planos nacional e internacional, nas áreas de sua especialidade;
- Articular, apoiar e disseminar as ações de entidades que já tenham programas na área de prevenção da violência;
- Promover outras atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos sociais;

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

- Promover a assistência social através da integração ao mercado de trabalho;
- Promover projetos educacionais, culturais e esportivos;
- Produzir e comercializar produtos alusivos à marca do Instituto, inclusive em parceria com outras organizações, e aos projetos desenvolvidos pelo Instituto; e
- Prestar serviços a terceiros, inclusive de ensino, pesquisa, consultoria, projetos, desenvolvimento de produtos e programas, assessorias, contratação e intermediação de pessoal e serviços especializados.

O Instituto adota práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes para coibir a obtenção, individual e coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência de participação nas suas atividades.

Seus fundadores e contribuintes colaboram de forma efetiva visando o cumprimento dos objetivos do Instituto, mediante contribuições financeiras para o desenvolvimento de projetos específicos e para a manutenção das atividades operacionais do Instituto, bem como mediante contribuição de conhecimento técnico na consecução de tais projetos.

Por não distribuir os superávits apurados (os quais são aplicados integralmente em suas atividades), não remunerar os membros de seus conselhos e cumprir outros aspectos requeridos na legislação, o Instituto é imune a impostos federais, estaduais e municipais sobre as suas operações, no que se refere ao seu patrimônio, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram essa imunidade.

1.1. Situação COVID-19

Durante o primeiro semestre de 2020, o vírus COVID-19 se espalhou pelo mundo e foi declarado pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020. Em resposta, muitos governos impuseram proibições de viagens, quarentenas e outras medidas emergenciais de saúde e segurança pública. Em alguns casos, medidas drásticas foram tomadas com restrições à atividade econômica de alguns setores. Até o final do exercício contábil, em 31 de dezembro de 2021, muitas dessas medidas ainda estavam em vigor.

Conforme a gravidade da pandemia COVID-19 se tornou aparente, a liderança do Instituto Minas Pela Paz tomou medidas para proteger seus funcionários e comunidades, bem como fortalecer a posição financeira e limitar o impacto nas operações da Instituição.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Situação COVID-19--Continuação

Ao final de 2021, o país apresentou uma evolução significativa nos níveis de vacinação, com redução da taxa de transmissão e número de casos, com isso houve uma melhora nas atividades econômicas.

O Instituto Minas Pela Paz trabalhou em estreita colaboração com empresas e parceiras Institucionais, fornecedores e sindicato, para desenvolver e implementar seus projetos, incluindo o desenvolvimento de procedimentos aprimorados de sanitização, saúde e segurança.

O Instituto Minas Pela Paz adotou medidas para apoiar a comunidade, como por exemplo, aliou-se à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC) e diversas outras instituições públicas e privadas para a produção de 2 milhões de máscaras de proteção contra o vírus COVID-19, vitais para o combate à disseminação do vírus, um trabalho executado pelos recuperandos das APACs (organizações da sociedade civil credenciadas pelos Tribunais de Justiça e governos estaduais para realizar a execução penal, por meio de metodologia baseada na valorização humana para recuperar pessoas em privação de liberdade). As máscaras foram produzidas por detentos e distribuídas junto às comunidades e aos centros de saúde das localidades-sede das APACs participantes.

Além de contribuir com a prevenção da contaminação do vírus COVID-19, o plano de produção de máscaras produzidas dentro das APACs deixou importante legado. Máquinas e equipamentos utilizados nesse trabalho são agora ativos das APACs envolvidas e milhares de recuperandos foram capacitados para futura reintegração social.

Para garantir a liquidez da posição financeira do instituto, foram tomadas medidas para reduzir as saídas de caixa e preservar a continuidade dos negócios, destacando-se:

- (a) Adesão ao programa governamental de redução/suspensão temporária dos contratos de trabalhos; e
- (b) Negociações comerciais com fornecedores.

O Instituto Minas Pela Paz entende que está tomando as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos seus projetos durante o período que perdurar a pandemia. A administração não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia, sendo certo de que segue avaliando

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional—Continuação

1.1. Situação COVID-19--Continuação

constantemente os impactos sobre as suas operações.

Entendemos que diante do impacto limitado em nossas operações e resultados financeiros, e em função das medidas tomadas pelo Instituto, contudo, em função da volatilidade e incertezas a respeito do período de duração e potenciais impactos da pandemia, a administração continua monitorando a situação e avaliando os impactos nas premissas e considerações utilizadas na preparação das demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade-CFC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelo Instituto na sua gestão.

Base de elaboração

A escrituração contábil segue os critérios estabelecidos pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, que estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações financeiras, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas da entidade sem finalidade de lucros.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal em 14 de abril de 2022.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que corresponde à moeda funcional e de apresentação do Instituto.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis—Continuação

Políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas são como seguem:

2.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida, ao valor justo através de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial ou ao valor justo por meio do resultado, conforme a situação. O Instituto determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros do Instituto incluem caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto mantinha ativos financeiros classificados na categoria de custo amortizado.

Os ativos financeiros do Instituto estão apresentados na Nota Explicativa nº 17.

Mensuração subsequente

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são mensurados subsequentemente utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável (*impairment*). A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Por fim, qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

Políticas contábeis--Continuação

2.1. Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado contra o resultado do exercício quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) o Instituto transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (iii) o Instituto transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo ou o Instituto não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

2.2. Passivos financeiros

O Instituto determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Estes devem ser classificados, no reconhecimento inicial ao valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou permanecem ao valor justo por meio do resultado, dependendo da sua natureza.

Os passivos financeiros do Instituto incluem fornecedores e outras contas a pagar.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados na categoria de passivos financeiros ao custo amortizado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

Políticas contábeis--Continuação

2.2. Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros do Instituto estão apresentados na Nota Explicativa nº 17.

Compensação de instrumentos financeiros.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear e a sua vida útil estimada para os exercícios de 2021 e 2020 é demonstrada, em anos, no quadro abaixo:

	<u>Anos</u>
Equipamentos de informática	5
Móveis e utensílios	10

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas e todos os outros reparos e manutenções realizados nos ativos imobilizados são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

Políticas contábeis--Continuação

2.3. Imobilizado--Continuação

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.4. Reconhecimento de receita

As receitas de doações e contribuições para custeio são reconhecidas quando da emissão de nota de débito, conforme o caso, sendo apropriadas, em bases mensais, de acordo com os períodos a serem beneficiados, quando estes forem identificáveis.

Receita de juros

A receita de juros de ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Instituto e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.5. Apurações do superávit (déficit) do exercício

As contribuições recebidas em espécie para custeio dos projetos são reconhecidas pelo regime de caixa, já que, por não representarem um compromisso por parte das empresas e fundações que as realizam, seu reconhecimento ocorre quando do recebimento pelo Instituto. As despesas e as demais receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Todas as despesas relacionadas com as contribuições para os projetos e programas, incorridas e registradas, são previamente aprovadas pelos órgãos da administração.

Os recursos de projetos são apropriados mensalmente ao resultado do exercício e de acordo com o regime de competência, calculados pelo percentual da execução de cada projeto, com base na relação existente entre o custo orçado e custo incorrido.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis do Instituto, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Instituto e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

Para determinar a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, o Instituto avalia ao fim de cada período se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização, por meio de indicadores externos e internos.

Se houver qualquer evidência, é realizada uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa e o montante é reconhecido imediatamente no resultado.

Durante o exercício corrente, o Instituto julgou não haver evidências de desvalorização que possam comprometer o valor registrado dos seus ativos e, por este motivo, não foi reconhecida nenhuma provisão para redução ao valor recuperável sobre os ativos.

ii) Orçamento contratual

Os recursos de projetos são apropriados ao resultado do exercício com base no percentual de execução, calculados com base na relação percentual entre o custo incorrido e o custo orçado. Esses orçamentos de custos são revisados, no mínimo, anualmente e refletem a melhor estimativa da administração do Instituto dos custos necessários a serem incorridos na execução dos projetos.

iii) Vida útil dos bens do imobilizado

O Instituto revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado anualmente e as taxas atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis destes.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

iv) Provisões para riscos

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões para riscos são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos		
Caixa	1.239	-
Bancos - recursos sem restrição	90.318	80.897
Bancos - recursos com restrição	49	59.907
Aplicação financeira	766.412	502.002
	<u>858.018</u>	<u>642.806</u>

As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB), com variação próxima ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros e estão sujeitas a risco insignificativo de mudança de valor.

5. Aplicações financeiras - valores vinculados

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aplicação financeira Projeto TRAMPOLIM	139.761	257.369
	<u>139.761</u>	<u>257.369</u>

Refere-se a recursos do projeto TRAMPOLIM que, enquanto não foram utilizados pelo Instituto, estão aplicados em conta específica em Fundo de Investimento (Caixa Fácil Renda Fixa Simples) de curto prazo com resgate automático.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Outros ativos circulantes

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiantamento de férias	18.687	-
Adiantamento a fornecedores	-	88.072
Outros	-	120
	18.687	88.192

7. Investimento

	<u>Investimento Sicoob</u>
Saldos em 31/12/2019	34.908
Adição	360
Atualização	5.132
Saldos em 31/12/2020	<u>40.400</u>
Adição	360
Atualização	7.704
Saldos em 31/12/2021	48.464

Investimento compulsório exigido pelo Sicoob para abertura e manutenção de conta corrente que se dá através de cotas de capital da cooperativa.

8. Imobilizado

A movimentação do imobilizado é demonstrada a seguir:

<u>2021</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Total</u>
Custo			
Saldo em 31/12/2020	20.571	14.073	34.644
Adição	8.527	-	8.527
Saldo em 31/12/2021	29.098	14.073	43.171
Depreciação			
Saldo em 31/12/2020	(20.571)	(9.158)	(29.729)
Adição	(1.563)	(703)	(2.266)
Saldo em 31/12/2021	(22.134)	(9.861)	(31.995)
Valor residual líquido em 31/12/2021	6.964	4.212	11.176

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--Continuação

2020	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Total
Custo			
Saldo em 31/12/2019	22.808	10.050	32.858
Adição	-	4.800	4.800
Baixa	(2.237)	(777)	(3.014)
Saldo em 31/12/2020	20.571	14.073	34.644
Depreciação			
Saldo em 31/12/2019	(22.808)	(8.678)	(31.486)
Adição	-	(1.035)	(1.035)
Baixas	2.237	555	2.792
Saldo em 31/12/2020	(20.571)	(9.158)	(29.729)
Valor residual líquido em 31/12/2020	-	4.915	4.915

9. Impostos e contribuições a recolher

	2021	2020
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	2.041	2.850
ISS retido	51	175
PIS/COFINS/CSLL - terceiros	-	17
COFINS	574	53
	2.666	3.095

Referem-se a encargos sociais e impostos a recolher retidos na contratação de serviços de terceiros.

10. Provisões trabalhistas e encargos sociais

	2021	2020
INSS	15.095	11.537
FGTS	5.109	2.878
IRRF sobre folha de pagamento	12.011	9.284
PIS sobre salários	798	715
Provisão de férias	85.082	54.523
Contribuição sindical	-	723
	118.095	79.660

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Recursos de projeto

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita a apropriar		
Projeto Trampolim (ii)	139.711	136.823
Projeto Pró-APAC - Itaú (iii)	-	180.454
	<u>139.711</u>	<u>317.277</u>
Receita contabilizada		
Projeto Pró-APAC - Brasil Foundation (i) (Nota 14)	-	42.236
Projeto Trampolim (ii) (Nota 14)	642	60.054
Projeto Pró-APAC - Itaú (iii) (Nota 14)	180.559	1.022.677
	<u>181.201</u>	<u>1.124.967</u>

(i) Projeto Pró-APAC - Brasil Foundation

A Brazil Foundation é uma organização filantrópica internacional que atua há 15 anos no Brasil, unindo doadores e organizações sociais com foco na promoção da igualdade e justiça social.

Em 2019, o Programa Pró-APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), foi aprovado no eixo Direitos Humanos & Participação Cívica do edital da instituição, obtendo suporte para as ações de capacitação profissional para inserção no mercado de trabalho e reintegração social de presos nas APACs.

Pelo projeto, o Minas Pela Paz fortalece sua atuação em 5 APACs de Minas Gerais, beneficiando diretamente 150 recuperandos. Indiretamente são beneficiados os familiares dos presos, as unidades das APACs, as instituições públicas e privadas dos municípios atendidos e a sociedade local.

Como uma das formas de ativar parcerias locais e ampliar a favorabilidade dos empresários para a contratação de recuperandos e egressos, a parceria com a Brazil Foundation propiciou a realização de eventos para empresários nas cidades de Nova Lima, Pirapora e São João Del Rei. Esses momentos são construídos com a participação ativa dos dirigentes das APACs locais e apoio dos Juizes de Execução Penais das comarcas.

Este projeto foi finalizado no ano de 2020.

(ii) Projeto Trampolim

Tem como objetivo promover ações para inclusão social de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e egressos, através da integração social e profissional.

(iii) Projeto Pró-APAC - Itaú

O Projeto Máscaras Pela Paz é uma parceria do Minas Pela Paz com o Programa Todos pela Saúde (Itaú Unibanco) e Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC) que uniu 21 APACs em todo o Brasil para a produção de máscaras para a prevenção da Covid-19.

No âmbito do projeto foram produzidas 2 milhões de máscaras para doação aos parceiros locais das APACs, instituições da sociedade civil, entidades governamentais, de saúde, além de familiares dos recuperandos, consolidando um dos principais objetivos do projeto: servir a comunidade. Oferecendo um produto simples e contribuindo para a segurança e saúde das pessoas.

Além da produção das máscaras, o projeto deixa como legado 21 unidades produtivas de costura, equipadas e disponíveis para outros tipos de produto, perenizando a oportunidade de ocupação e prática profissional, que prepara os recuperando para o retorno ao convívio social. Este projeto foi finalizado no ano de 2021.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

As contribuições recebidas pelo Instituto são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais, vide contexto operacional, bem como nos gastos despendidos em bens necessários ao seu funcionamento administrativo.

O valor do superávit do exercício é registrado nessa rubrica e transferido para a conta patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho Fiscal.

13. Receitas operacionais

a) Contribuições de pessoas jurídicas

A arrecadação de fundos para gerir as ações de prevenção da violência e da criminalidade, inclusive por meio da implantação e incentivo a projetos culturais e sociais e outros que visem a estes objetivos, é oriunda de empresas do setor privado e de entidades que possuem ligação com o Instituto, como demonstrado a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A&C Centro de Contatos	30.000	30.000
AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda.	60.000	44.000
Arcelor Mittal Brasil S.A.	-	30.000
Associação Instituto MRV	30.000	30.000
Banco BMG S.A.	30.000	30.000
Betania Tanure Associados	10.000	10.000
Bookeepers Solutions Consultoria	-	7.126
Celulose Nipo Brasileira S.A Cenibra	30.000	30.000
Cemig Distribuição S.A.	30.000	79.997
Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira S.A.	30.000	30.000
Coop. Central dos Produtos Rurais de MG Ltda. - Itambé	30.000	30.000
Expresso Nepomuceno S.A.	15.000	15.000
FCA Fiat Chrysler Participações Brasil Ltda.	30.000	30.000
Gerdau Aço Minas S.A.	35.000	30.000
Hospital Mater Dei S.A.	30.000	30.000
Líder Táxi Aéreo S.A.	30.000	30.000
Localiza Rent a Car	30.000	30.000
Petronas Lubrificantes Brasil	15.000	10.000
Serviço Social da Indústria - SESI	300.000	300.000
Tracbel S/A	30.000	30.000
Unimed BH - Instituto de Trabalho Médico	30.000	30.000
VALE S.A.	30.000	30.000
Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil	30.000	20.000
	<u>885.000</u>	<u>936.123</u>

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receitas operacionais--Continuação

b) Receitas de gratuidades

Referem-se a serviços prestados de assessoria contábil e jurídica, auditoria das demonstrações financeiras e serviços de publicidade, serviços de projeto e serviços estruturais, sem cobrança de honorários, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
FCA Fiat Chrysler Participações do Brasil Ltda.	179.678	163.108
Ernst & Young Auditores Independentes S.S	24.100	22.300
Sistema FIEMG	18.020	17.771
	221.798	203.179

14. Despesas com projetos

Descrição por projeto social

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Projeto Esporte (i)	-	(644)
Projeto Trampolim (ii)	(105.848)	(87.117)
Projeto Trampolim - CMDCA(iii)	(30.543)	(51.707)
Projeto Pró-APAC - Expansão APACs (iv)	(745)	-
Projeto Pró-APAC - Inserção Profissional (iv)	(149.370)	(141.436)
Projeto Pró-APAC - Gestão APACs (iv)	(38.898)	(34.939)
Projeto Pró-APAC - Brazil Foundation (iv)	-	(33.795)
Projeto Pró-APAC - Itaú(iv)	(141.577)	(972.482)
	(466.981)	(1.322.120)
De recurso de projetos (Nota 11)	(181.201)	(1.124.967)
De recurso próprio	(285.780)	(197.153)
	(466.981)	(1.322.120)

i) *Projeto Esporte*

No ano de 2013, em uma parceria inédita entre Instituto Minas Pela Paz- IMPP, Associação Mineira de Desenvolvimento Humano - AMDH e Prefeitura de Belo Horizonte, foi criado o Projeto Futebol Minas Pela Paz, que contava com o apoio de empresas parceiras do Sistema Fiemg.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas com projetos--Continuação

Descrição por projeto social--Continuação

i) *Projeto Esporte--Continuação*

A equipe técnica, composta por especialistas em gestão de projetos, protocolou e apresentou junto ao Ministério do Esporte (atual Ministério da Cidadania) dois projetos, sendo um destinado para a obra em campos mapeados pelos técnicos, prefeitura e Instituto e, o projeto pedagógico que propõe a iniciação esportiva em contra turno escolar. Todo o trabalho de mapeamento e projetos foram concebidos em área de alta vulnerabilidade social e baixo índice de desenvolvimento humano.

Para a plena execução dos projetos em questão, criou-se uma metodologia específica e um cronograma de atividades. Neste contexto, o projeto de obra seria o *start* do processo, onde após estruturação física pronta, iniciar-se-ia o projeto pedagógico.

Todos os entes em plena consonância, com auxílio de diversos parceiros, percorreram todos os caminhos burocráticos de aprovação de projetos - entre eles, a assinatura junto a Prefeitura de Belo Horizonte do Termo de Cessão de Espaço por período de vinte anos.

Após o processo de captação de recursos, foram realizadas as adaptações necessárias para os valores captados. Após a aprovação das adaptações solicitadas pelo Ministério do Esporte, foi iniciado o processo de análise do projeto de obra pela Caixa Econômica Federal.

Durante o processo de adequação junto à Caixa Econômica Federal, fomos surpreendidos pelos órgãos federais, através de uma decisão do Ministério do Esporte, pela não renovação do contrato daquela Instituição com a Caixa Econômica Federal, que era a única responsável por acompanhar e aprovar projetos de obra, vinculados à Lei Federal de Incentivo ao Esporte. Em síntese, mesmo tendo captado mais de 20% do valor total do Projeto, não poderíamos iniciar sua execução devido a falta do Contrato entre Ministério do Esporte e Caixa Econômica Federal.

Após anos de espera sem resolução da pendência pelos órgãos competentes, em setembro de 2020, a Prefeitura de Belo Horizonte encerrou unilateralmente o Termo de Cessão de Espaço dos campos onde seriam executadas as obras devido a não previsão de andamento dos processos entre Caixa Econômica Federal e Ministério da Cidadania. Diante do exposto, o projeto encontra-se suspenso.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas com projetos--Continuação

Descrição por projeto social--Continuação

ii) *Projeto Trampolim*

Tem como objetivo promover ações para inclusão social de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e egressos, através da integração social e profissional.

iii) *Projeto Trampolim CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente)*

O Trampolim CMDCA visa ampliar o engajamento dos jovens atendidos no projeto Trampolim e melhorar o acompanhamento dos processos de inserção profissional dos adolescentes visando a sua permanência e conclusão do contrato de aprendiz.

O projeto está suspenso, mas os atendimentos estão sendo realizados à distância.

iv) *Projeto Pró-APAC*

Expansão APACs

As APACs são as instituições onde o Instituto concentra os esforços, devido a metodologia exitosa na formação humana daqueles que cumprem suas penas e de suas famílias, tem um modelo humanizado de sistema prisional, capaz de dar dignidade aos recuperandos dessa instituição. Assim, o Instituto apoia o fomento à expansão, implantação, manutenção e gestão de unidades prisionais APACs.

Inserção Profissional

A partir de 2018, com a ampliação de ações voltadas à inserção e profissionalização de recuperandos e de apoio às APACs, a parceria do Instituto Minas Pela Paz com a FBAC (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados) e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais concentra-se no Programa Pró-APAC, passando a nominar a ampla atuação do Instituto nas APACs. Com atuação não só voltada à qualificação de recuperandos e preparação para o mercado de trabalho, mas também pelo fortalecimento e expansão da metodologia e o desenvolvimento de um novo modelo de gestão. Uma das intervenções do Instituto se dá na busca de inserção social e profissional dos recuperandos, bem como apoiar as APACs na busca de geração de recursos para sua instituição. Para isso atuamos com o foco na formação humana, preparação e qualificação profissional do recuperando para sua inserção social e no mercado de trabalho; apoio às unidades produtivas geridas pelas APACs; mobilização de empresas para instalação de unidades produtivas nas APACs; mobilização de comunidade para apoio a APAC e inserção social e profissional de recuperandos.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas com projetos--Continuação

Descrição por projeto social--Continuação

iv) *Projeto Pró-APAC--Continuação*

Gestão APACs

O Instituto, juntamente com os parceiros FBAC (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), BTA Consultores Associados e Sebrae, buscam definir e padronizar modelo de gestão administrativo e financeiro comum à todas as APACs.

Brazil Foundation

A Brazil Foundation é uma organização filantrópica internacional que atua há 15 anos no Brasil, unindo doadores e organizações sociais com foco na promoção da igualdade e justiça social.

Em 2019, o Programa Pró-APAC foi aprovado no eixo Direitos Humanos & Participação Cívica do edital da instituição, obtendo suporte para as ações de capacitação profissional para inserção no mercado de trabalho e reintegração social de presos nas APACs.

Pelo projeto, o Minas Pela Paz fortalece sua atuação em 5 APACs de Minas Gerais, beneficiando diretamente 150 recuperandos. Indiretamente são beneficiados os familiares dos presos, as unidades das APACs, as instituições públicas e privadas dos municípios atendidos e a sociedade local.

Como uma das formas de ativar parcerias locais e ampliar a favorabilidade dos empresários para a contratação de recuperandos e egressos, a parceria com a Brazil Foundation propiciou a realização de eventos para empresários nas cidades de Nova Lima, Pirapora e São João del Rei. Esses momentos são construídos com a participação ativa dos dirigentes das APACs locais e apoio dos Juízes de Execução Penas das comarcas. Este projeto foi finalizado em 2020.

Itaú

O Projeto Máscaras Pela Paz é uma parceria do Minas Pela Paz com o Programa Todos pela Saúde (Itaú Unibanco) e Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC) que uniu 21 APACs em todo o Brasil para a produção de máscaras para a prevenção da Covid-19.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas com projetos--Continuação

Descrição por projeto social--Continuação

iv) *Projeto Pró-APAC--Continuação*

Itaú--Continuação

No âmbito do projeto foram produzidas 2.000 milhões de máscaras para doação aos parceiros locais das APACs, instituições da sociedade civil, entidades governamentais, de saúde, além de familiares dos recuperandos, consolidando um dos principais objetivos do projeto: servir a comunidade. Oferecendo um produto simples e contribuindo para a segurança e saúde das pessoas.

Além da produção das máscaras, o projeto deixa como legado 21 unidades produtivas de costura, equipadas e disponíveis para outros tipos de produto, perenizando a oportunidade de ocupação e prática profissional, que prepara os recuperandos para o retorno ao convívio social.

As despesas dos projetos por natureza são como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Projeto Esporte		
Despesas tributárias	-	(644)
	-	(644)
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Projeto Trampolim		
Custo com pessoal	(103.983)	(85.210)
Transporte	(33)	(489)
Telefonia	(1.100)	(490)
Gastos com veículos	(12)	(70)
Refeições	-	(12)
Materiais de escritório	-	(557)
Outras	(720)	(289)
	<u>(105.848)</u>	<u>(87.117)</u>
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Projeto Trampolim CMDCA		
Custo com pessoal	(27.699)	(47.294)
Transporte	-	(466)
Telefone	(200)	(497)
Gastos com veículos	-	(1.028)
Gastos com eventos	-	(600)
Revistas e publicações	-	(490)
Materiais de escritório	-	(84)
Despesas tributárias	-	31
Outras	(2.644)	(1.279)
	<u>(30.543)</u>	<u>(51.707)</u>

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas com projetos--Continuação

Descrição por projeto social--Continuação

iv) *Projeto Pró-APAC--Continuação*

Itaú--Continuação

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Projeto APACs		
Consultoria administrativa	(1)	-
Custo com pessoal	(176.761)	(165.604)
Gastos com veículos	(3.276)	(5.629)
Viagens e hospedagens	(134)	(180)
Telefone	(1.385)	(788)
Refeições	(167)	(1.531)
Propaganda e publicidade	-	(4.269)
Transporte	(445)	(455)
Despesas tributárias	(1)	(46)
Materiais de escritórios	(15)	(688)
Outras	(6.828)	(30.980)
	(189.013)	(210.170)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Projeto Pró-APAC - Itaú		
Consultoria administrativa	(11.490)	(58.624)
Despesas tributárias	(492)	(175)
Propaganda e publicidade	-	(2.593)
Gastos com veículos	(90)	(83)
Materiais auxiliares de consumo	(129.470)	(622.647)
Materiais de escritório	(35)	(1.942)
Outras	-	(286.418)
	(141.577)	(972.482)

15. Despesas administrativas

As despesas administrativas referem-se, principalmente, aos gastos necessários à manutenção da estrutura administrativa do Instituto, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Custo com pessoal	(326.816)	(321.449)
Encargos sociais	(96.548)	(92.695)
Serviços de terceiros - gratuidades (Nota 13)	(221.798)	(203.179)
Consultoria administrativa e jurídica	(11.232)	(4.867)
Materiais de escritório	(201)	(2.452)
Depreciação	(2.266)	(1.035)
Manutenção	-	(880)
Telefonia e internet	(6.326)	(8.486)
Transporte	(114)	(559)
Alimentação e lanches	-	(150)
Despesas de cartório	(2.558)	(3.707)
Revistas e publicações	(5.000)	(3.994)
Gastos com veículos	(463)	-
Outros	(1.351)	(2.660)
	(674.673)	(646.113)

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro, líquido

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	<u>33.250</u>	13.480
	<u>33.250</u>	13.480
Despesas financeiras		
Juros e multa de mora	(4)	(240)
Despesas bancárias	(44)	(345)
IOF	-	(67)
	<u>(48)</u>	<u>(652)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>33.202</u>	<u>12.828</u>

17. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

17.1. Gerenciamento de riscos

Gestão de risco financeiro

As atividades do Instituto o expõem aos riscos financeiros de crédito e liquidez. A gestão de risco do Instituto se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. O Instituto não possui nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos especulativos, ou em quaisquer outros ativos de risco.

Os principais fatores de riscos inerentes às operações do Instituto são expostas a seguir:

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Instituto não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Instituto é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para atender às suas necessidades operacionais.

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

17.1. Gerenciamento de riscos--Continuação

Gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, bem como de exposições de crédito, ou seja, decorrem da possibilidade de o Instituto sofrer perdas decorrentes de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, o Instituto acompanha rigorosamente os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto.

17.2. Instrumentos financeiros

O Instituto realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar seus recursos, bem como reduzir sua exposição a riscos de taxas de juros. Os instrumentos financeiros do Instituto encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e a administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas comparadas àquelas vigentes no mercado.

Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativos financeiros		
Custo amortizado		
Caixa	1.239	-
Bancos - recursos sem restrição	90.318	80.897
Bancos - recursos com restrição	49	59.907
Aplicação Financeira	766.412	502.002
Aplicação financeira - valores vinculados	139.761	257.369
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	7.124	4.616
Outras contas a pagar	-	432

Instituto Minas Pela Paz - IMPP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

17.2. Instrumentos financeiros--Continuação

O Instituto não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Conselho Deliberativo

Cledorvino Belini (Presidente)
Marco Antônio Branquinho Júnior (Vice-
Presidente)
Antônio Filosa (Conselheiro)
Camilo de Lelis Farace (Conselheiro)
Eugênio Pacelli Mattar (Conselheiro)
Rubens Menin Teixeira de Souza (Conselheiro)

Suplência do Conselho Deliberativo

Antônio Guilherme Noronha Luz (Suplente do
Conselho)
Gustavo Werneck da Cunha (Suplente do
Conselho)
Henrique Moraes Salvador Silva (Suplente do
Conselho)
Luiz Gustavo R. de Magalhães Pereira (Suplente
do Conselho)

Diretoria

Luciana Silva Costa Botelho Arabi
(Coordenadora)
Raphael Rocha Lafeté (Vice Coordenador)
Paula Regina Pizzani Queiroz (Diretora)
Francisco de Assis Lafeté Couto (Diretor)
Othon de Villefort Maia (Diretor)

Conselho Fiscal

Márcio de Lima Leite (Conselheiro Fiscal)
Adermo Oscar Costa (Conselheiro Fiscal)
Maria Inês Ferreira Pinto Coelho (Conselheira
Fiscal)

Suplência do Conselho Fiscal

Gustavo dos Santos Nunan
Alessandre da Silva Cardoso
Gustavo Uramoto Matsumoto

Responsável técnico

Regina Célia dos Santos Werneck Monteiro
Contadora-CRC-MG074846/O-8